



## OUVIDORIA CIDADÃ DA EBC

Análise independente dos conteúdos veiculados  
pela Empresa Brasil de Comunicação

## ■ Ouvidoria Cidadã da EBC

Com o objetivo de exercer a participação e controle social previstos na Lei nº 11.652/2008, de criação da Empresa Brasil de Comunicação, lançamos, certos do papel que cabe à empresa pública, a Ouvidoria Cidadã da EBC.

A medida se faz necessária diante da cassação do Conselho Curador, em 2016, pela Medida Provisória 744, e a transformação da Ouvidoria da EBC em aparato de comunicação institucional, em 2018, que não mais exerce a análise crítica dos conteúdos e não zela pela aplicação da lei pela empresa.

Pretendemos publicar boletins, artigos e análise dos conteúdos, apontando veiculações e publicações em desacordo com os princípios previstos na lei. Também destacamos exemplos de bons conteúdos que contemplam os princípios para proporcionar o debate público de ideias e a circulação de informações preconizadas pelas boas práticas internacionais de Comunicação Pública.

Neste primeiro relatório, abordamos de forma amostral conteúdos publicados e veiculados durante o ano de 2020 pela Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Brasil, Radiojornalismo e postagens nas Redes Sociais da EBC.

2

Como sociedade civil, não temos a institucionalidade da Ouvidoria da EBC para cobrar da empresa providências quanto aos problemas apontados. Lançamos este instrumento da Ouvidoria Cidadã por acreditarmos na importância da Comunicação Pública como elemento fundamental para um ambiente democrático e para registrar os desvios que estão sendo feitos de forma ilegal no projeto da Empresa Brasil de Comunicação.

Contribua enviando críticas, elogios, prints, links ou análises de conteúdos da EBC para o e-mail [ouvidoriacidadaebc@gmail.com](mailto:ouvidoriacidadaebc@gmail.com). O material será publicado ao longo do ano nas redes sociais da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (<https://pt-br.facebook.com/emdefesadaEBC/>) e no site do Conselho Curador Cassado (<https://conselhocurador.ciranda.net/>).

Em defesa da EBC e de uma comunicação pública independente e que tenha compromisso com a sociedade!

## ■ Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública:

### Entidades:

- ABCPública - Associação Brasileira de Comunicação Pública
- Abraço - Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
- AJOSUL - Associação dos Jornalistas do Sul Fluminense
- ARCO-RJ
- AMARC Brasil - Associação Mundial de Rádios Comunitárias
- Artigo 19
- Blog Deixa Falar
- Brasil de Fato
- Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
- Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada
- Coletivo A Esquerda da Praça
- Comissão de Empregados da EBC
- Comitê Lula Livre Zona Norte Rio
- CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- Contee - Confederação Nacional dos Trabalhadores/as em Estabelecimentos de Ensino
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
- Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
- Conselho Comunitário de Maricá
- Conselho Curador Cassado
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
- ConJor - Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (UFOP)
- CTB-RJ
- CUT-RJ
- DHnet - Rede de Direitos Humanos e Cultura
- ECO - Escola de Comunicação da UFRJ
- EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (UFF)
- EPCC - Grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (Fundação Casa de Ruy Barbosa)
- FaleRio- Frente Ampla pela Liberdade de Expressão RJ
- FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas
- FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- Fórum Grita Baixada
- GP Rádio e Mídia Sonora da INTERCOM
- Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
- IPROSA

- Jornalistas Livres
- Labjor - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Unicamp)
- LaPCom - Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília
- LECOTEC - Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (Unesp)
- LEMEP - Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)
- MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos
- MNRC - Movimento Nacional das Rádios Comunitárias
- Movimento Revoada
- MST
- PEIC - Grupo de pesquisa em Políticas e Economia Política da Informação e Comunicação (ECO/UFRJ)
- Portal Favelas
- Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI)
- RUBRA - Rede de Rádios Universitárias do Brasil
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Distrito Federal
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado do Rio de Janeiro
- TV Comunitária de Niterói
- UBM - União Brasileira de Mulheres
- UNE - União Nacional dos Estudantes
- Viração Educomunicação

4

#### **Pessoas físicas:**

- Debora Cristina Lopez - Docente da Universidade Federal de Ouro Preto
- Laurindo Lalo Leal Filho - Professor da ECA/USP e 1º Ouvidor-geral da EBC
- Pedro Aguiar - Professor de Jornalismo da UFF
- Pedro Barreto Pereira - Jornalista e pesquisador pós-doc PPGMC/UFF
- Regina Lima - Ex-ouvidora da EBC e professora da UFPA
- Tereza Cruvinel - Jornalista, primeira diretora-presidente da EBC (2007-2011)

## **Análise de conteúdos**

Análise crítica e independente, feita pela sociedade civil, de amostra de conteúdos dos veículos públicos e agências de notícias da Empresa Brasil de Comunicação em 2020

## ■ Propaganda descarada em pleno período de restrição eleitoral

De 15 de agosto a 29 de novembro os veículos e agências de notícias da EBC ficaram sob restrições impostas pela legislação eleitoral. Portanto, não podem privilegiar candidatos nem divulgar atos de prefeituras que possam parecer propaganda. Apesar disso, no dia 21 de agosto, foram publicadas na Agência Brasil duas matérias sobre uma visita do presidente Jair Bolsonaro ao Rio Grande do Norte.

Além de trazer claro tom propagandístico do governo federal já no título “Água e auxílio emergencial levam esperança a município do semiárido” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-08/agua-e-auxilio-emergencial-levam-esperanca-municipio-do-semiarido>) e “Presidente entrega internet gratuita e água potável no sertão potiguar” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/presidente-entrega-internet-gratuita-e-agua-potavel-no-sertao-potiguar>), o texto faz propaganda de ações da prefeitura, como no trecho:

“Ainda assim, as 2,2 mil crianças matriculadas nas 11 escolas da rede municipal de ensino estão sem aulas há cinco meses. A alimentação, porém, é garantida com a doação de kits de frutas da agricultura familiar. ‘Fazemos essa entrega de kits, com mamão, banana, melão, macaxeira. Os professores mandam atividades impressas para eles e nós mandamos os kits para prestar assistência’, explicou a coordenadora administrativa da Secretaria Municipal de Educação, Odailma Siqueira”.

6

No dia seguinte, o texto havia sido editado, com a supressão da fala da representante da prefeitura, mas sem indicação sobre tal modificação:

“Ainda assim, as 2,2 mil crianças matriculadas nas 11 escolas da rede municipal de ensino estão sem aulas há cinco meses. A alimentação, porém, é garantida com a doação de kits de frutas da agricultura familiar”.

O “ainda assim” se refere ao desserviço prestado no parágrafo anterior, que minimiza a grave pandemia de Covid-19 pela qual o mundo vem passando, sendo o Brasil o segundo país com maior número de casos e de óbitos na época. Agora, a Índia superou o Brasil em número de casos.

“Andando pela Avenida Luiz Gonzaga, a principal da cidade, percebe-se que ninguém mais usa máscaras contra a covid-19. Na última terça-feira (18), a prefeitura liberou os números

da doença em Ipanguaçu. Desde março, foram 280 casos, com 12 óbitos. Entre as pessoas que se contaminaram estava a comerciante Ana Lúcia Arruda, mas seu relato só ajuda a aumentar ainda mais o descrédito do potiguar com o vírus. ‘Eu fui vítima da covid. Eles fizeram o teste e o meu deu positivo, mas não senti nada. Meu esposo teve só uma dor de garganta. Eu fiquei isolada e meu filho veio trabalhar no meu lugar’.”

A segunda matéria traz mais propaganda pessoal do presidente da república, em desacordo com o princípio previsto na lei de criação da EBC que veda o proselitismo político:

“Numa região em que os índices pluviométricos são baixos e que a seca é uma inimiga antiga, os cinco poços artesianos perfurados pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) são um alívio. O presidente fez questão de inaugurar o mais profundo, com 143 metros de escavação, que descobriu água potável no lençol freático.”

E generaliza culturalmente toda uma região do país que tem nove estados, cada um com suas particularidades, quando a Comunicação Pública deve valorizar os regionalismos:

“Um povo caloroso e festivo, como é típico do nordestino, recebeu na tarde desta sexta-feira (21), o presidente Jair Bolsonaro no município potiguar de Ipanguaçu, distante 210 quilômetros da capital Natal. Na cidade do Vale do Assú, o presidente fez uma série de entregas do governo federal aos moradores das comunidades rurais, de poços artesianos a emissão de crédito rural, de títulos de propriedades rurais a sinal de wi-fi gratuito na praça”.

7



Manchete da Agência Brasil dia 21/08/2020 às 09h.

## ■ E daí?

E daí que a frase mais famosa do presidente Bolsonaro pronunciada no dia 28 de abril de 2020, quando o Brasil ultrapassou a marca de 5 mil mortos na pandemia de Covid-19, não foi vista na Agência Brasil. O presidente falou “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, quando questionado por jornalistas para comentar o fato de o Brasil ter ultrapassado o número de mortos da China, onde a pandemia começou.

O texto publicado na Agência Brasil, sob o título “Vírus vai atingir 70% da população, diz Bolsonaro” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/virus-vai-atingir-70-da-populacao-diz-bolsonaro>) foi:

“O vírus vai atingir 70% da população, infelizmente é uma realidade’, previu o presidente em entrevista concedida na portaria do Palácio do Alvorada, residência oficial, onde parou para cumprimentar apoiadores. Ao ser questionado pela imprensa sobre os números, o presidente disse ‘lamento, quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre, ninguém nunca negou que não vai haver mortes’, acrescentou.”

Com essa omissão de parte da fala, a Agência Brasil demonstra uma proteção editorial do presidente, buscando poupar Bolsonaro dele mesmo e evitar polêmicas que contribuem para conspurcar a imagem do mandatário. Não é papel da comunicação pública fazer defesa nem proteção do presidente da república, e sim relatar os fatos com a devida contextualização.

## ■ Pandemia

Em plena pandemia do novo coronavírus, a Agência Brasil publicou textos que mais prestam um desserviço à população do que seu objetivo principal de bem informar com isenção sobre os fatos nacionais e internacionais. Ao reproduzir a matéria “Militares se mobilizam para proteger indígenas de covid-19 na Amazônia” (<https://br.reuters.com/article/idBRKBN2425Q2-OB RTP>) da agência privada Reuters, a Agência Brasil retirou deste trecho:

“O Exército transportou suprimentos de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, em um helicóptero Blackhawk a um posto de fronteira dos militares nas profundezas da floresta tropical – caixas de máscaras, álcool em gel, aventais, luvas, exames e remédios, incluindo 13.500 comprimidos do polêmico medicamento antimalária cloroquina”.

a parte “do polêmico medicamento antimalária”, deixando apenas “comprimidos de cloroquina”, sem explicar que o medicamento não tem eficácia comprovada no tratamento da Covid-19 (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/militares-se-mobilizam-para-protger-indigenas-de-covid-19-na-amazonia>).

Ainda sobre a pandemia, a Agência publicou matéria em que falas da Organização Mundial de Saúde (OMS) foram tiradas de contexto para afirmar que a “transmissão de covid-19 a partir de assintomáticos é ‘muito rara’” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/oms-transmissao-de-covid-19-partir-de-assintomaticos-e-muito-rara>).

Diante da polêmica da fala, não contextualizada nem contraposta na matéria da Agência

Brasil, a própria OMS veio a público no dia seguinte para esclarecer o ponto, explicando que, na verdade, não se sabe a origem da contaminação quando uma pessoa assintomática transmite. A Agência publicou a retratação (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/oms-esclarece-que-assintomaticos-podem-transmitir-covid-19>), mas sabemos que uma matéria publicada em uma agência da importância e alcance da Agência Brasil pode levar muitos veículos a reproduzirem o erro, sem necessariamente serem desmentidos depois.

Ainda que tenha se tornado nítida a forma irresponsável com que o governo federal tem conduzido as ações no âmbito da crise sanitária e, mais especificamente, quanto a medicamentos que supostamente tratariam pacientes com Covid-19, a Agência Brasil decidiu publicar, em 2 de julho, uma matéria (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-07/ministerio-reune-voluntarios-para-estudo-clinico-contra-covid-19>) cujo enfoque era um estudo clínico para investigar a eficácia da nitazoxanida. Há diversos pontos críticos, no que concerne à publicação, começando pelo gancho, que destaca a convocação de voluntários para participar do experimento com a droga, que é prescrita para giardíase e outras infecções parasitárias.

A imprensa chegou a ressaltar que estudos chineses concluíram que os efeitos do vermífugo podem ser piores do que os da cloroquina. Mas a Agência Brasil não mencionou esses estudos para alertar os possíveis voluntários.

9

## ■ Negacionismo antivacina

Como se não bastasse o mundo estar passando pela maior pandemia vista em um século, o Brasil tem que lidar com o negacionismo científico e o movimento antivacina corroborado pelas próprias autoridades. Isso em um país que é referência mundial com seu Programa Nacional de Imunizações (PNI).

No dia 2 de dezembro, a Agência Brasil deu exemplo disso ao exibir como manchete “Ministério vai buscar vacina de excelência, diz Pazuello no Congresso” e como subtítulo, também em destaque na capa do portal, “Ele reafirmou que a população não será obrigada a se imunizar” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/ministerio-vai-buscar-vacina-de-excelencia-diz-pazuello-no-congresso>).



Manchete de capa da Agência Brasil na tarde de 2 de dezembro

A matéria é declaratória, traz apenas o registro das falas do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, em uma audiência pública na comissão mista do Congresso Nacional que acompanha as ações do governo no combate à Covid-19.

Além de subentender uma disputa política em torno da vacina contra o novo coronavírus, já que o presidente Jair Bolsonaro se posicionou contra a imunização desenvolvida na China e que tem acordo de compra com o governo de São Paulo, o destaque para a não obrigatoriedade, defendida pelo governo federal, soa como uma prestação de contas para o movimento antivacina. Movimento esse apontado por especialistas como o responsável pelo retorno do sarampo ao Brasil, como mostra esta matéria (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/cobertura-vacinal-na-pandemia-esta-abaixo-de-esta-abaixo-de-60>).

10

A matéria com o ministro da saúde informa sobre a disputa judicial que ocorre no Supremo Tribunal Federal em torno da obrigatoriedade ou não da vacinação contra o coronavírus. Mas não contextualiza a questão e não traz nenhuma informação adicional sobre a importância da vacinação nem dados sobre a situação da pandemia.

Ao dar destaque para duas questões que podem parecer óbvias - a exigência de qualidade no produto e a escolha pessoal de usá-lo ou não - a Agência Brasil mais uma vez se prestou ao serviço de defender apenas o ponto de vista do governo em uma questão com gravidade sem precedentes.

Tal posição editorial não condizente com os princípios da comunicação pública foi repetida na capa da Agência Brasil no dia 7 de dezembro, com destaque na manchete principal “Bolsonaro: governo vai ofertar vacina gratuita e não obrigatória” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/bolsonaro-governo-vai-ofertar-vacina-gratuita-e-nao-obrigatoria>).



Essa matéria foi baseada em uma postagem do presidente no twitter e, novamente, politiza a questão sanitária, ao dizer que o governo federal tem acordo de compra da vacina britânica AstraZeneca. Foram incluídos no final da matéria dois parágrafos sobre a CoronaVac chinesa, adquirida pelo governo de São Paulo. Porém, a matéria destaca que o imunizante chinês ainda não está certificado pela Anvisa, mas não menciona o fato de que o britânico também estava na mesma situação legal no Brasil.

## ■ Amazônia à venda

11

Uma propaganda de venda da Amazônia, patrimônio natural mundial. Esse foi o tom da matéria “Amazônia é o grande desafio do Brasil, diz Mourão em seminário online” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-08/amazonia-e-o-grande-desafio-do-brasil-diz-mourao-em-seminario-online>). O texto apenas reproduz falas do vice-presidente, Hamilton Mourão, em um seminário on-line (por causa da pandemia) promovido por entidades empresariais.

Mourão fala do desafio do “desenvolvimento da Amazônia”, da necessidade de atrair empresas para explorar a região, chama a divulgação das queimadas pela imprensa de “surreal” e diz que os empecilhos ao projeto são “a oposição ao governo Bolsonaro”, “os agricultores europeus” e os “ativistas ambientais”. A matéria não dá espaço para representantes de nenhum dos três grupos se pronunciar.

Isso na mesma semana em que a organização Human Rights Watch divulgou um relatório sobre as queimadas na Amazônia e os prejuízos causados por elas à saúde da população (<https://www.hrw.org/pt/report/2020/08/26/376135>). Mas isso a Agência Brasil não noticiou.

## ■ Desinformação sobre a desinformação na ONU

No dia 22 de setembro, o presidente Jair Bolsonaro fez o discurso de abertura da 75ª Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), honra tradicionalmente concedida ao presidente brasileiro. Por causa da pandemia de covid-19, os chefes de estado enviaram vídeos gravados para a cerimônia.

Bolsonaro, mais uma vez, aproveitou o espaço para partir para o ataque com desinformação, no lugar de tratar dos projetos para o futuro do país. O tom da fala, que ganhou a manchete da Agência Brasil foi que o Brasil é vítima de “uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/brasil-e-vitima-de-desinformacao-sobre-meio-ambiente-diz-bolsonaro>), no momento em que queimadas tomavam conta desses biomas.

Além da matéria da Agência ser baseada apenas no discurso de Bolsonaro, mais uma vez partes “polêmicas” foram omitidas. É o caso da afirmação sem provas de que ONGs, indígenas e caboclos seriam os responsáveis pelos incêndios florestais, de que o auxílio emergencial do governo teria sido de mil dólares, que o derramamento de óleo no litoral no ano passado teria sido provocado pela Venezuela e que a justiça teria determinado que as ações de combate à pandemia deveriam ficar a cargo de prefeitos e governadores.

12

Se não falsas, as afirmações são, no mínimo, exageradas ou fora de contexto. A Agência Brasil não buscou esclarecer o leitor e os milhares de sites que reproduzem seu conteúdo sobre essas questões. O texto termina com um link para a íntegra do discurso de Bolsonaro. Providência típica de uma agência de notícias do governo.

## ■ Declaração do diretor-presidente da EBC contraria a lei de criação da empresa

Além do tom de comunicação institucional do texto publicado na Agência Brasil no dia 19 de novembro “EBC participa do 10º Encontro de Gestão de Custos do Setor Público” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/ebc-participa-de-x-encontro-de-gestao-de-custos-do-setor-publico>), a matéria traz declarações do diretor-presidente da EBC, Glen Lopes Valente, que contrariam os princípios de comunicação pública previstos na lei.

“Brinco que a gente tem um conglomerado de comunicação. A gente tem plataforma de rádio, televisão, internet e a gente está maximizando todas essas plataformas para fazer a comunicação de tudo que acontece no governo”.

A EBC não é uma brincadeira. Ela é, de fato, um conglomerado de comunicação. Mas sua função não é “fazer a comunicação de tudo que acontece no governo”, e sim fazer comunicação pública, de acordo com os interesses públicos, oferecendo conteúdos que sejam relevantes para a sociedade. Em outro trecho, Valente reforça a ideia de comunicação de governo da época de Getúlio Vargas.

“A gente tem parte de entretenimento, parte de informação, tem parte de serviço público. Enfim, a gente está em um momento na EBC que estamos tentando voltar às origens da época que foi a Rádio Nacional, que contribuiu bastante para a comunicação do governo e de todo serviço público”.

Será que a EBC está de volta aos tempos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)?

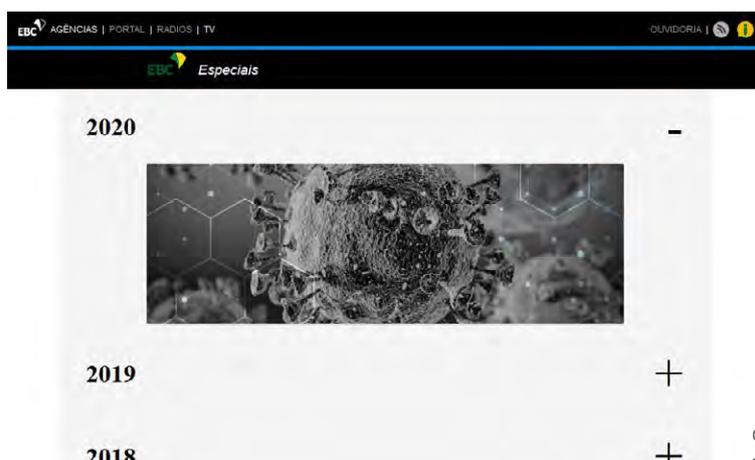
## ■ Inteligência Artificial

O conteúdo especial Inteligência Artificial (<http://conteudo.ebc.com.br/agencia/2020/ia/master/ia2020.html>), publicado pela Agência Brasil no dia 1º de setembro, é um bom exemplo de como um tema instigante deve ser abordado na comunicação pública. Dividido em cinco matérias, a reportagem apresentou questões atuais sobre o desenvolvimento mundial dos mecanismos de inteligência artificial, ou aprendizado de máquinas. E como o Brasil tem investido muito pouco em pesquisa e desenvolvimento na área.

13

O especial traz ao debate questões controversas como o risco aos empregos e profissões com a substituição de mão de obra humana por robôs e computadores e também a privacidade dos usuários, que podem ter seus dados expostos e utilizados sem autorização por governos e corporações.

Infelizmente, no fim de novembro o conteúdo não aparecia listado na aba de “especiais” (<https://www.ebc.com.br/especiais/>) da Agência Brasil. Buscando pelo Google, aparecem as reportagens de forma individual.



Conteúdo Inteligência Artificial não aparece na lista de Especiais de 2020 da Agência Brasil

## ■ Site novo esconde conteúdos e desaparece outros

Por decisão da diretoria, o Portal EBC foi transformado em portal institucional desde o dia 7 de agosto ( <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/ebc-implementa-mudancas-no-portal-institucional>). O objetivo seria o “fortalecimento da Agência Brasil e seu caráter de agregar todo o conteúdo noticioso produzido na empresa”. Apesar de o texto publicado na Agência Brasil afirmar que “todo o conteúdo produzido pelo Portal EBC será preservado e continuará acessível aos usuários”, não foi o que ocorreu.

Muitos especiais, principalmente os mais antigos, desapareceram das buscas do Google e os links, muitos citados em trabalhos acadêmicos, estão dando erro. Na sessão “Especiais”, por pelo menos dois meses só apareceram conteúdos a partir de 2016. Verificamos que especiais a partir de 2012 foram recolocados na página. Porém, ainda há conteúdos desaparecidos. Exemplos:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/especial/2014-03/democracia-interrompida>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/especial/2014-07/guanabara-limpa>



14

O conteúdo produzido pela EBC faz parte da memória da empresa e da comunicação pública e, como serviço público prestado aos brasileiros e brasileiras que é, precisa ser preservado.

## ■ Galerias de fotos desaparecidas

O site da Agência Brasil foi reformulado em fevereiro de 2020 (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/ebc-lanca-novo-site-da-agencia-brasil>), se tornando “mais moderno e interativo”, segundo a própria Agência Brasil. Porém, verificamos alguns problemas no novo site. Um deles é que a lista de “últimas notícias”, que deveria ser um dos principais atrativos de uma agência de notícias, perdeu destaque sendo colocado quase no pé da página principal da Agência. Além disso, ao clicar no botão “ver mais” ao final da lista, o número de matérias que aparecem diminui. Ou seja, você clica em ver mais e vê menos.

Outro problema verificado a partir da implantação do novo site foi o desaparecimento das

galerias de foto publicadas pela Agência Brasil. Outro recurso importante para quem busca conteúdos de eventos específicos no portal. Agora, as fotos aparecem soltas em lista. A única organização é a ordem cronológica em que foram publicadas. Exemplos:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/foto/2015-11/final-jogos-mundiais-dos-povos-indigenas?id=982951>

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/foto/2015-07/reporter-aprendiz?id=966658>



15

Erro em tentativa de acesso a galeria de foto na Agência Brasil

### ■ Eleição ou censura?

Durante o processo eleitoral de 2020, quando os municípios elegeram seus prefeitos e vereadores, em outubro e novembro a TV Brasil propagandeou uma pretensa isenção que, na realidade, intensificou os casos de censura de conteúdos críticos relacionados ao governo federal. Nos estúdios, durante a cobertura do primeiro turno das eleições, uma das perguntas do apresentador, endereçada ao cientista político convidado, tinha clara intenção de blindagem do presidente da república, já que as indicações de Jair Bolsonaro no pleito não surtiram os efeitos desejados por ele nos resultados eleitorais. O apresentador questionou, já afirmando, que as repercussões das vitórias políticas nas capitais "não chegariam ao plano federal", e incluiu um "não é mesmo?" ao final da frase. Outros termos e perguntas também transpareceram a intenção de proteger o governo federal.

Além disso, nos telejornais dos dias seguintes aos pleitos, tanto no primeiro quanto no segundo turno, que ocorreram nos dias 15 e 29 de novembro, a intenção de blindagem ao presidente era notória e as informações divulgadas não contavam com análises mais aprofundadas de cientistas políticos, prática verificada nas eleições anteriores. Foram veiculados conteúdos superficiais, com os resultados do pleito e a conhecida "sopa de letras" mostrando a distribuição dos eleitos entre as dezenas de partidos. Não houve contextualizações nem comparações com pleitos passados ou, ainda, análises baseadas na ciência política que trouxessem, de forma equilibrada, a composição das forças políticas do país a partir da fotografia tirada com os resultados das urnas.

16

### ■ A Voz na TV Brasil

O tom propagandístico do governo federal verificado na Agência Brasil também foi reproduzido na TV Brasil, a partir de pautas similares, quando não idênticas. Uma das reportagens com grande similaridade com a Agência Brasil ocorreu no dia 21/08, quando o apresentador do telejornal Repórter Brasil viajou para Mossoró, no Rio Grande do Norte, para acompanhar o presidente. Além dele, outro repórter da TV fez a mesma viagem. Se o envio de um apresentador para uma viagem já revela o grau elevado de utilização da TV pública para propagandar as ações do governo, isso se agrava com o envio de dois repórteres, algo cada dia mais raro na EBC, já que por diversas vezes, publicamente, a EBC diz que está economizando recursos financeiros. A "reportagem" é claramente em tom de propaganda, texto que foi, inclusive, publicado no programa governamental de rádio A Voz do Brasil (<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/08/governo-federal-entrega-unidades-habitacionais-em-mossoro-rn>).

Não foi a única ocasião em que os conteúdos da Voz do Brasil foram veiculados pela TV Brasil. Houve diversas situações em que a televisão veiculou a abertura do programa de rádio diretamente no telejornal noturno. Na segunda quinzena de julho e até o mês de novembro, foram cerca de dez dias em que o telejornal foi aberto dando grande destaque ao conteúdo da Voz, saindo dos estúdios próprios e se deslocando para os estúdios de rádio. Em todas essas ocasiões, ministros foram entrevistados no programa para falar das ações da pasta, de forma protocolar, sem tratar de forma aprofundada de assuntos de caráter jornalístico. Assim, de um total de 25 minutos diários de produção do jornal, entre 4 e 5 minutos foram dedicados exclusivamente para os ministros na Voz do Brasil nesses dias.



17

Entre os ministros, também foi entrevistado Fábio Faria, responsável pela recriada pasta das Comunicações, à qual está vinculada a EBC. O evento revela não apenas a cooptação da TV pública para fins de conteúdo governamental, mas também de promoção política individual. O caso mostra flagrante proselitismo, algo expressamente proibido na legislação que rege a empresa pública (Lei nº 11.652).

Ainda que as duas primeiras entrevistas de ministros veiculadas pelo Repórter Brasil tenham sido no âmbito das comemorações dos 85 anos do programa Voz do Brasil, a veiculação direta não se justifica. Em anos anteriores a data foi lembrada, mas, quando muito, apenas em matéria curta, um registro, nunca com o telejornal abrindo direto dos estúdios da Voz do Brasil.

### ■ Culto pessoal

Por falar em proselitismo, neste primeiro boletim da Ouvidoria Cidadã da EBC, faz-se necessário lembrar um fato ocorrido em abril, devido à sua gravidade. No dia 12, o presidente Jair Bolsonaro também usou a TV Brasil para proselitismo religioso e promoção pessoal, em uma transmissão ao vivo de um suposto culto religioso.

Participaram o presidente e pastores evangélicos, entre eles R.R Soares, Silas Malafaia e o deputado federal Marco Feliciano (Podemos-SP). Durante pouco mais de duas horas, eles se revezaram fazendo elogios a Bolsonaro e promovendo discurso religioso, sem um único anúncio de política pública ou assinatura de qualquer ato oficial de governo. Interesse para a comunicação pública, então, passou longe do evento.



### ■ Um abraço, presidente!

A transmissão pela TV Brasil, no dia 13 de outubro de 2020, do jogo da seleção brasileira de futebol contra a peruana, pelas eliminatórias da Copa do Mundo 2022, trouxe à tona a discussão sobre a comunicação pública e repercutiu em diversos veículos da mídia privada.

18

Apesar de ser relevante o fato de um jogo da seleção ser transmitido, pela primeira vez no Brasil, pelo canal público de TV, elevando a audiência da emissora, saudações ao presidente Jair Bolsonaro feitas pelo narrador e propaganda do governo durante o intervalo colocam na mesa o uso político do evento.

Durante a transmissão do jogo, o narrador André Marques leu, ao vivo, um texto que parecia ditado pelo Ministério das Comunicações. A leitura ocorreu duas vezes, no primeiro e no segundo tempos da partida. Na manifestação, o hoje secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Fabio Wajngarten, nomeou e agradeceu membros da alta cúpula da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e, ao final, mandou “um abraço para o presidente da República, que está assistindo o jogo”. O narrador, então, reforçou o texto encomendado dizendo “um abraço, presidente!”. O comentarista, Márcio Guedes, também fez questão de bajular o presidente da República.

Apostura dos narradores contraria princípios da administração pública como impessoalidade, legalidade e profissionalismo. No dia seguinte à partida, veículos de imprensa apontaram indícios de ilícitos no aceno ao presidente, que configurariam ato de improbidade

administrativa ou crime de responsabilidade, pois houve promoção pessoal do presidente Jair Bolsonaro na transmissão (<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/10/15/tv-estatal-exalta-bolsonaro-em-transmissao-da-selecao.htm>). Mais uma.

### ■ Doutora Cloroquina

Ainda dentre os absurdos veiculados em 2020 pela TV Brasil, este primeiro boletim não poderia deixar de fora a entrevista feita com a médica Nise Yamaguchi, no dia 05 de julho, ao programa Impressões. A médica é árdua defensora do uso da hidroxicloroquina desde o início do tratamento de Covid-19, assim como o presidente Jair Bolsonaro, ainda que tal uso tenha sido rechaçado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por pesquisas da Fiocruz e de renomadas universidades brasileiras.

Durante o programa, a apresentadora Katiuscia Neri não fez nenhum questionamento sério sobre tal utilização, mas usou bastante as palavras “cura” e “excelentes resultados” para o uso da hidroxicloroquina. Cura e resultados estes não comprovados nos testes clínicos com pacientes de Covid-19 ao redor do mundo.

### ■ Programação infantil ou ato do governo?

19

Chama a atenção do telespectador da TV Brasil o exagero no número de transmissões ao vivo de atos do governo federal na programação, interrompendo, inclusive, a grade destinada ao público infantil.

A TV Brasil é uma das únicas emissoras de TV aberta a exibir uma programação voltada para as crianças, incluindo desenhos animados educativos. O fato ganhou enorme relevância após a proibição de publicidade para o público infantil, considerada abusiva desde 2014 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e referendada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2016.

Isso inviabilizou os intervalos comerciais dos desenhos nas TVs privadas e levou praticamente todas as emissoras de TV aberta do país a simplesmente cancelarem a veiculação. Agora, a TV Brasil vê sua programação infantil sendo interrompida inúmeras vezes para transmissões ao vivo dos atos governamentais, em um claro desrespeito à comunicação pública e a seu público mais cativo, crianças ainda em formação e que merecem todo o cuidado por parte da sociedade, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tais transmissões são agravadas pelo fato de já existir na grade, desde a unificação entre a TV NBR (estatal) e a TV Brasil (pública), um jornal totalmente estatal, que integrava a grade da NBR, chamado “Brasil em Dia”, na parte da manhã. No entanto, a opção editorial

da diretoria da EBC é priorizar as transmissões ao vivo dos eventos que simplesmente enaltecem politicamente o presidente e/ou ministros do governo federal.

## ■ Bons Caminhos

O programa jornalístico Caminhos da Reportagem, o mais premiado da TV Brasil, segue sendo um bom exemplo de conteúdo a ser produzido e veiculado pela comunicação pública. Bons episódios foram ao ar em 2020.

Destacamos “Carolina de Jesus, a escritora além do quarto” (<https://www.youtube.com/watch?v=6AvUP-loYEo&list=PLAD4E79725F834167>), sobre a escritora Carolina Maria de Jesus. O programa mostra outras faces de Carolina, que conquistou o mercado editorial brasileiro e internacional com seu relato sincero e contundente sobre a vida na Favela do Canindé, em São Paulo, nas páginas do livro Quarto de Despejo. E traz novidades sobre a escritora: em breve Carolina Maria de Jesus receberá o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e terá escritos inéditos e outros editados publicados na íntegra.



20

Demonstrando aderência com temas atuais, a pandemia de Covid-19 foi abordada sob diversos ângulos: profissionais da linha de frente, trabalhadores informais, a busca pela vacina, como será a relação com o espaço público quando tudo isso passar, o equilíbrio da saúde mental em isolamento, projetos sociais que passaram a atuar pela internet, a situação dos povos indígenas brasileiros e como os professores tiveram que se reinventar para trabalhar no formato on-line são alguns exemplos do Caminhos da Reportagem.

Outros temas sensíveis não deixaram de ser abordados. O episódio “Teu lugar me cabe?” (<https://www.youtube.com/watch?v=uO2mKCEL31A&list=PLAD4E79725F834167&index=7>) debate a questão da acessibilidade nas cidades e como os espaços não são construídos para todas as pessoas. “Elas contra a violência” (<https://www.youtube.com/watch?v=h2KRulpG5nI&list=PLAD4E79725F834167&index=9>) traz dados sobre o aumento da violência doméstica durante a pandemia e como mulheres superaram relacionamentos abusivos e passaram a ajudar outras nesse processo.

# REDES SOCIAIS

## ■ Restrições eleitorais e uso político

As redes sociais da EBC sofreram, em agosto, uma mudança por conta da legislação eleitoral. As contas do Facebook da Rádio MEC e da Rádio Nacional foram suspensas até passar o período das eleições. Já as contas da TV Brasil, TV BrasilGov e Agência Brasil foram mantidas, com publicações em horários mais restritos e teoricamente uma moderação maior nos comentários. Os perfis no Twitter e no Instagram continuaram funcionando normalmente, porém com os comentários fechados e sem publicações agendadas.

Apesar do aviso que foi colocado no Facebook da TV BrasilGov em agosto, que “em virtude do período eleitoral, é proibida a inserção de qualquer link, material publicitário, fotografias, documentos ou quaisquer outros tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais”, o que temos visto no conteúdo destes canais é serem usados para propaganda do governo federal, em especial do presidente Bolsonaro.

Praticamente todos os dias, os Facebooks da TV Brasil, Agência Brasil e TV BrasilGov estão transmitindo vivos do governo e fazendo marcações nos perfis do presidente e do vice-presidente da república, sendo que nenhum outro político ou órgão são marcados nas redes sociais dos veículos da EBC. Isso mostra um injusto favorecimento, quebrando os princípios constitucionais da impessoalidade, isonomia e autonomia, além da proibição de proselitismo previstas na Lei da EBC.

A Procuradoria Geral da República (PGR) emitiu parecer sobre as redes sociais de Jair Bolsonaro: “apesar de a conta pessoal do Presidente da República ser utilizada para informar os demais usuários da rede social acerca da implementação de determinadas políticas públicas ou da prática de atos administrativos relevantes, as publicações no Twitter não têm caráter oficial e não constituem direitos ou obrigações da Administração Pública”. Portanto, a marcação do presidente nas publicações dos perfis dos veículos e agências da EBC configuram promoção pessoal, e não serviço público.

## ■ Index?

Chama a atenção outra mudança observada no perfil das redes sociais da Agência Brasil, que distribui gratuitamente seu conteúdo para milhares de usuários da internet. Chegou a esta Ouvidoria Cidadã da EBC a denúncia de que os editores responsáveis pelas redes sociais da Agência Brasil passaram a receber uma lista de assuntos que deveriam ter destaque nas postagens e perderam a liberdade de selecionar as notícias que consideram

mais relevantes, de acordo com os critérios de noticiabilidade jornalística e da comunicação pública. Quaisquer matérias que não constam na lista pré-aprovada precisam de autorização superior para serem postadas. E essa autorização raramente é dada.

Assim, matérias importantes produzidas pela Agência Brasil não foram divulgadas nas redes sociais, no momento em que a própria EBC declarou que iria fortalecer os perfis da agência de notícias como centralizadores de distribuição de conteúdos. Matérias sobre a morte de Beto Freitas, homem negro assassinado por espancamento em uma loja do Carrefour em Porto Alegre no dia 19 de novembro, por exemplo, não foram postadas no perfil da agência, mesmo tendo sido publicadas durante a Semana da Consciência Negra e com o assunto em destaque entre os mais comentados nas plataformas (Trend Topics). A censura foi noticiada pela grande imprensa, em veículos como a Revista Época (<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ebc-ordenou-agencia-brasil-censura-noticias-sobre-assassinato-no-carrefour-24770254>) e o jornal Folha de São Paulo (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/empresa-de-comunicacao-do-governo-veta-caso-beto-freitas-em-midias-sociais-da-agencia-brasil.shtml>).

Matérias sobre Covid-19 também estão fora dos assuntos selecionados para as redes da agência. Os números dos mortos não são mais divulgados, mesmo com a Agência Brasil produzindo o conteúdo diariamente. Essa seleção de temas para as redes sociais é muito preocupante, uma vez que a produção da EBC precisa ser divulgada em sua totalidade, principalmente assuntos relacionados à saúde pública, tendo em vista a pandemia pela qual o mundo passa. Caso não seja possível divulgar o conteúdo completo, é necessário pelo menos que se publique o que de mais importante acontece no país.

Alguns tweets nesse período também foram apagados. O apagamento de notícias negativas ao governo foi reparado por seguidores do perfil como pode ser visto no link <https://twitter.com/Lauritaarruda/status/1329207433697308672> e na imagem abaixo.



Tweet apagado do perfil da Agência Brasil

Alguns exemplos de marcações e postagens nas Redes dos veículos e agências públicas da EBC com excesso de propaganda do governo e do presidente Jair Bolsonaro, desviando a função da comunicação pública para comunicação de governo:



Ato oficial na TV pública



Ato oficial na TV pública



Mau exemplo: em plena pandemia, aglomerando sem máscara e fazendo crianças descumprirem regras básicas do Código Brasileiro de Trânsito.



Promoção pessoal do presidente na agência pública de notícias.



“Placar da Vida” nas redes da Agência Brasil



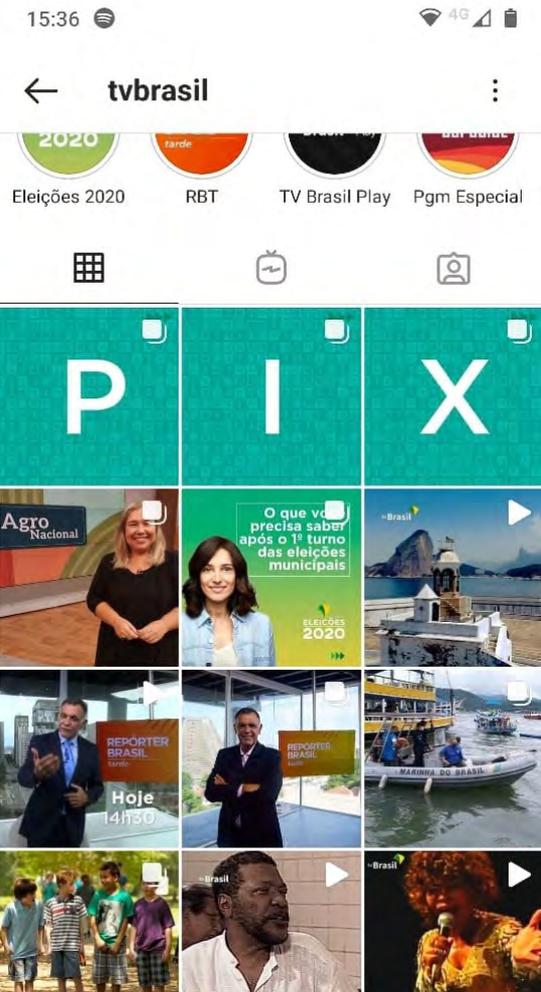
Ato oficial na agência pública



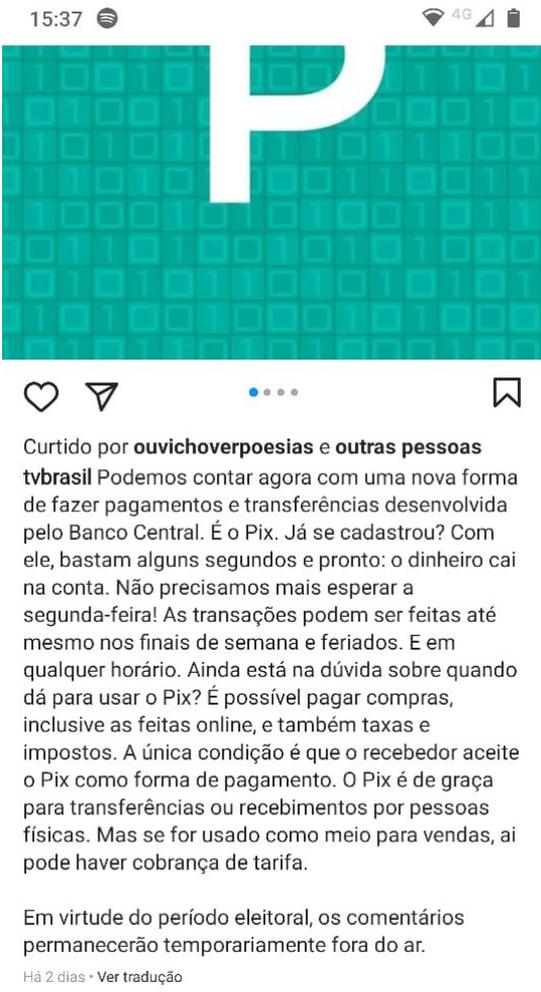
Ato oficial na agência pública



Programa governamental de rádio na agência pública



Propaganda de programa do governo na rede da TV Pública, sem nenhum tratamento jornalístico



# RÁDIOS E RADIOAGÊNCIA

O sistema de rádios EBC reúne sete emissoras e uma Radioagência que fornece conteúdo para mais de 2 mil emissoras em todo o país. Diante da dimensão de conteúdos produzidos a cada 24 horas por esses veículos, optamos por concentrar a análise nos radiojornais transmitidos em rede.

Mas reconhecemos que é necessária a avaliação mais detalhada do conteúdo veiculado ao longo da programação das emissoras. Registramos aqui um exemplo de distorção dos princípios da comunicação pública para atestar essa necessidade:

No dia 7 de maio, o programa Revista Brasil, que vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h, nas rádios Nacional Brasília e Nacional Rio de Janeiro, trouxe como um dos assuntos de destaque a prisão do então secretário de saúde do Rio de Janeiro, Gabriell Neves. Ele teve a prisão preventiva decretada por suspeita de irregularidades na compra emergencial de respiradores para o tratamento de pessoas com Covid-19. Um dos âncoras do programa, o jornalista Pedro Pontes, preferiu ir além do seu papel de noticiar o fato e cravou um comentário afirmando que o segundo L no nome do secretário deveria ser o L de Ladrão.

A despeito da indignação que a suspeita de desvios nos recursos destinados à saúde, em plena pandemia, causa em qualquer pessoa com bom senso, não é papel dos jornalistas condenar previamente nenhuma pessoa. Isso já seria grave em emissoras privadas. Mais ainda em uma emissora de comunicação pública. Uma postura que poderia ser avaliada também como um desvio no papel e na missão da EBC.

26

## ■ “Jornalismo positivo”

Uma matéria que foi ao ar nos radiojornais do dia 16 de novembro é esclarecedora sobre a linha editorial que vem norteando o jornalismo da EBC, de forma geral, e o radiojornalismo de maneira específica. A reportagem tratava da inauguração do novo estúdio da TV Brasil no Rio de Janeiro e a reestreia do telejornal Repórter Brasil Tarde. Na entrevista, a diretora de jornalismo da EBC, Sirlei Batista, explica que o objetivo é alcançar um jornalismo positivo:

“Nós estamos radiantes porque vamos apresentar um produto de muita qualidade. Nós estamos levando para os telespectadores um jornalismo mais moderno, um jornalismo dinâmico, suave, conversado, positivo”.

Quando a reportagem foi ao ar, o país já contava mais de 166 mil mortos pela Covid-19, os bombeiros ainda estavam no rescaldo dos incêndios do pantanal, a crise econômica não

deixou de ser uma preocupação, mas a direção da empresa falava em jornalismo suave e positivo. Um eufemismo para o aparelhamento da estrutura pública para atuar como ferramenta de marketing do governo federal.

(Ouça aqui: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2020-11/reporter-brasil-tarde-retorna-em-novo-estudio-da-tv-brasil-no-rio>)

## ■ “Suave” em tons de Verde-Oliva

O jornalismo suave cria hiatos. Assim como em outros veículos da EBC, momentos importantes da história brasileira não foram registrados nas emissoras de rádio, como o famoso “E daí?” do presidente Bolsonaro em frente ao Palácio da Alvorada, ao comentar a perda de vidas por coronavírus.

O que falta de jornalismo, a linha editorial “positiva e suave” carrega em governismo. Algo que se estende a outros inquilinos dos palácios de Brasília, como o vice-presidente Hamilton Mourão.

Mourão tem um programa de rádio distribuído pela Rede Nacional Rádio, o “Por dentro da Amazônia”. Tanto a produção do programa quanto a distribuição são prestações de serviço da EBC ao governo federal e não deveriam se confundir com o conteúdo público produzido pela empresa. Mas as fronteiras entre comunicação de governo e comunicação pública estão cada vez mais tênues. Nessa confusão, a repercussão do programa do vice-presidente é garantida nos radiojornais da EBC ainda que não atenda a qualquer critério de noticiabilidade.

No dia 31 de agosto, por exemplo, a edição do Repórter Nacional do meio-dia trouxe a informação de que o vice-presidente “bateu-papo” com o almirante Carlos Chagas, porta-voz da operação Verde Brasil 2, criada para combater o desmatamento e coordenada pelo próprio Mourão.

27



Programa governamental do vice-presidente veiculado como reportagem jornalística nas emissoras públicas

A reportagem deixa explícito que se trata de uma relação hierárquica no espaço que deveria ser destinado ao jornalismo. No conteúdo veiculado em rede, o almirante do exército responde ao general sobre a execução das verbas liberadas pelo Congresso Nacional para o projeto sob responsabilidade do próprio general:

“Os recursos já estão na ponta da linha e as ações já estão sendo bastante intensificadas. Então nosso prognóstico é bastante favorável no momento, presidente [sic]”.

O relatório de trabalho do almirante para o chefe continua:

“Um aspecto muito interessante é que nos últimos cinco dias somente, nós tivemos um incremento de 15% no valor das multas aplicadas. Com essa intensificação das operações nesses dias, nós passamos de 440 milhões para 520 milhões [de reais]”.

A reportagem não traz qualquer contextualização sobre os resultados do programa Verde Brasil 2. Naquele momento, relatórios de organizações internacionalmente reconhecidas, como o Observatório do Clima, já mostravam que no mesmo mês em que a Operação Verde Brasil foi instalada, o desmatamento cresceu 12% (<http://www.observatoriodoclima.eco.br/wp-content/uploads/2020/06/Doc-Response-OC1.pdf>).

## ■ Verde-oliva até nas cinzas

28

A matéria sobre o programa do vice-presidente também silencia sobre outra grande catástrofe que marcou o ano de 2020 e que naquele momento ainda ocupava grande espaço nos noticiários nacionais e internacionais: as queimadas no Pantanal.

A cobertura dessa pauta nas emissoras de rádio da EBC também ficou à mercê dos anúncios do Governo Federal. No dia 9 de julho, uma matéria informava sobre o incêndio que atingia a Serra do Amolar, a 150 quilômetros do Parque Nacional do Pantanal, e dava a dimensão da gravidade do fato, quando mais de 20 mil hectares já haviam sido queimados.

Mas, à medida que o problema trazia cada vez mais impactos negativos para o governo, a abordagem do radiojornalismo da EBC assumia um tom cada vez mais oficial. No dia 27 de julho, por exemplo, o destaque foi o anúncio de que agentes da Marinha e da Aeronáutica iam ajudar a combater os incêndios no bioma. Foram escalados 70 militares e cinco aeronaves. Nenhuma fonte é ouvida para avaliar a dimensão da ajuda ofertada pelas Forças Armadas para um incêndio que, naquele mês, já tinha mais de 1.300 focos.

No dia 6 de agosto, o radiojornalismo anuncia um novo reforço no combate aos incêndios no Pantanal: três helicópteros de médio porte das forças armadas, dez militares do Corpo de

Bombeiros, dez brigadistas do Ibama e dez fuzileiros navais. De novo, nenhum especialista é consultado para dimensionar o impacto da ajuda ofertada pelas forças armadas.

## ■ Racismo silenciado

Enquanto o programa de rádio do vice-presidente vem sendo tratado como notícia pelo radiojornalismo, algumas declarações dele que mereciam repercussão não recebem o mesmo tratamento. O público que sintoniza as rádios EBC ou que tem acesso ao conteúdo da Radioagência Nacional não ouviu Hamilton Mourão dizer que “para mim no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar, isso não existe aqui. Eu digo pra você com toda tranquilidade, não tem racismo”.

A polêmica avaliação foi feita no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, quando o vice-presidente foi questionado sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, na porta de uma unidade do supermercado Carrefour em Porto Alegre, no dia anterior. Conhecido como Beto Freitas, ele era negro e foi espancado por dois seguranças da loja.

Os ouvintes da EBC também não tiveram o direito de saber que, no mesmo dia, o presidente Bolsonaro escreveu em suas redes sociais que “Como homem e como Presidente, sou daltônico: todos têm a mesma cor. Não existe uma cor de pele melhor do que as outras. Existem homens bons e homens maus”.

29

Os posicionamentos das duas principais lideranças do governo que foram vetados aos ouvintes das emissoras da EBC foram notícia em todo o país e também no exterior. Em veículos como o britânico *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/world/2020/nov/24/un-brazil-needs-urgent-reforms-combat-racism-after-beating-black-man>, a agência pública de notícias da Alemanha, a *Deutsche Welle* (<https://www.dw.com/pt-br/hamilton-mour%C3%A3o-diz-que-n%C3%A3o-existe-racismo-no-brasil/a-55682037>), a agência de notícias ANSA, da Itália, ([http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/americalatina/brasil/2020/11/20/vice-presidente-mourao-diz-que-nao-ha-racismo-no-brasil\\_bb020271-e86b-4548-a97d-67874e972272.html](http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/americalatina/brasil/2020/11/20/vice-presidente-mourao-diz-que-nao-ha-racismo-no-brasil_bb020271-e86b-4548-a97d-67874e972272.html)), e a *Radio França Internacional* <https://www.rfi.fr/pt/brasil/20201123-brasileiros-saiem-%C3%A0-rua-para-denunciar-racismo>.

O caso Beto Freitas não foi o único em que as emissoras de rádio da EBC optaram por varrer para debaixo do tapete a discussão sobre o racismo e a violência que resulta dele. Pela primeira vez em anos, os radiojornais da EBC não cobriram a divulgação do “Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil”, lançado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) (disponível aqui: Relatório de violência - edições anteriores |

Cimi). A ausência da pauta fica ainda mais grave quando lembramos que uma das principais emissoras da EBC é a Rádio Nacional da Amazônia, único veículo disponível para uma grande parte da população da floresta.

### ■ **Black? Só na Friday**

Enquanto pautas de claro interesse público foram abandonadas, o radiojornalismo da EBC abraçou a Black Friday. A nova data do calendário de vendas do comércio varejista foi abordada em profundidade: expectativa de faturamento do setor, crescimento das vendas pela internet, preparativos das lojas, dicas de como fazer boas compras... O assunto foi tema de pelo menos oito reportagens ao longo do mês de novembro.

A discussão merece uma reflexão sobre o papel estratégico da comunicação pública. A Black Friday está cada vez mais incorporada ao calendário de compra dos brasileiros e ofertar conteúdos que possam ajudar o consumidor a se proteger de falsas promoções ou golpes é uma tarefa importante.

Mas é preciso cautela para que o jornalismo público não caia na armadilha de atuar como linha auxiliar no marketing que envolve a data e que a repetição do tema não acabe sendo percebida pelo ouvinte como mais um convite ao consumo.

30

As emissoras públicas, ao contrário dos veículos comerciais que dependem de anunciantes para continuarem existindo, são estratégicas na abordagem cidadã dessa pauta e não devem se render ao estilo de celebrar uma nova data no calendário anual de vendas.

### ■ **Eleições sem candidatos**

A cobertura das eleições municipais também é digna de nota por esta Ouvidoria Cidadã da EBC. As eleições que envolvem o maior número de candidatos, por escolher os representantes do poder legislativo e do executivo mais próximo ao cidadão, foi abordada de uma maneira inusitada no radiojornalismo: os candidatos desapareceram da cobertura.

Os ouvintes que dependem apenas das rádios da EBC não souberam que a disputa em São Paulo foi liderada no primeiro turno pelo candidato apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro, Celso Russomano (Republicanos), mas que ele ficou de fora do segundo turno, com menos votos do que Bruno Covas (PSDB) e Guilherme Boulos (PSOL). O mesmo aconteceu em relação à disputa no Rio de Janeiro, São Luiz ou Manaus. O padrão só foi quebrado por conta da parceria com outras emissoras que enviaram conteúdo para a EBC.

A tônica da cobertura foi privilegiar como fonte as informações oficiais dos tribunais eleitorais. Antes do primeiro e do segundo turnos, algumas reportagens abordaram o perfil do eleitor a partir dos registros no TSE: (<http://radioagencianacional.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2020-08/eleicoes-2020-1479-milhoes-de-brasileiros-estao-aptos>). Cobertura que manteve o TSE como fonte em matérias focadas no serviço:

- Eleitores poderão acompanhar resultados das eleições por aplicativos (<http://radioagencianacional.ebc.com.br/radioagencia-nacional/eleicoes-2020/audio/2020-11/eleitores-poderao-acompanhar-resultados-das-eleicoes-por-aplicativos>)
- TSE amplia horário de votação nas eleições municipais em novembro (<http://radioagencianacional.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2020-08/tse-amplia-horario-de-votacao-nas-eleicoes-municipais>)
- Eleições 2020: TSE divulgará boletins com instruções sobre o pleito (<http://radioagencianacional.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2020-08/eleicoes-2020-tse-divulgara-boletins-com-instrucoes>)
- Eleitor com deficiência poderá mudar de seção a partir desta terça (<http://radioagencianacional.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2020-08/eleitor-com-deficiencia-pode-mudar-de-secao-partir-desta>)

E mesmo as poucas reportagens que se dedicaram a falar de candidatos numa eleição, embora tragam assuntos relevantes, também tiveram como base as informações dos registros do TSE:

- Eleições municipais deste ano têm mais candidatos negros que brancos (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2020-09/eleicoes-municipais-deste-ano-tem-mais-candidatos-negros-que-brancos>)
- Aumento de candidatos nesta eleição dificulta escolha de eleitores (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2020-10/aumento-de-candidatos-nesta-eleicao-dificulta-escolha-de-eleitores>)
- TSE registra 557 mil pedidos de candidatura; 16,5 mil foram negados (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/eleicoes-2020/audio/2020-11/tse-registra-557-mil-pedidos-de-candidatura-165-mil-foram-negados>)

Os nomes dos candidatos só apareceram no resultado final, em que foram divulgados os vencedores. Ao abrir mão de falar sobre os candidatos, o rádiojornalismo da EBC deixou de ofertar um serviço essencial: a discussão sobre os projetos de cidade que as diferentes candidaturas ofereciam. Com isso, também deixou de discutir os problemas que impactam a vida dos cidadãos e cidadãs brasileiras de maneira mais direta: transporte público, vagas em creches, cobertura de saúde, atenção básica e educação. Todos serviços prestados

diretamente pelas prefeituras das cidades.

## ■ Correios

A notícia “Reclamações contra os Correios crescem cerca de 400% em São Paulo” (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2020-08/reclamacoes-contra-os-correios-cresce-cerca-de-400-em-sao>) foi publicada no dia 19 de agosto, um dia depois de os trabalhadores da estatal entrarem em greve, em meio à proposta de retirada de 70 cláusulas do acordo coletivo da categoria, informação essa publicada com equilíbrio no dia da deflagração do movimento paredista (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2020-08/funcionarios-dos-correios-entram-em-greve-por-tempo>).

Porém, a matéria sobre as reclamações traz apenas dados de um relatório do Procon, sem nenhum contraponto e nem ao menos a contextualização sobre a suspensão parcial de serviços causada pela pandemia de Covid-19. O que pode parecer muito tendencioso em um cenário de greve dos funcionários e ameaça de privatização dos Correios, já alardeada pelo governo.

## ■ O apagamento da Radioagência

32

O site da Radioagência Nacional foi “integrado” ao da Agência Brasil no dia 14 de agosto (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/sites-da-agencia-brasil-e-radioagencia-passam-funcionar-integrados>). Mais uma das “estratégias de reestruturação dos sites da EBC”. O problema é que, a princípio, a Radioagência ficou totalmente escondida dentro do site da Agência. Não havia nenhum indicativo ou link para os conteúdos em áudio no site principal da Agência Brasil.

Assim como a migração dos conteúdos do Portal EBC, quando ele passou a ser institucional, links da Radioagência também aparecem quebrados. Exemplo:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/radioagencia-nacional/politica/audio/2020-08/desvios-do-auxilio-emergencial-podem-chegar-r-4-bilhoes>



Erro ao acessar matéria da Radioagência

Na prática, uma grande parte do conteúdo produzido em mais de uma década pela Radioagência simplesmente desapareceu. Ainda não é possível dimensionar o tamanho do estrago e se o conteúdo que hoje está inacessível ainda pode ser recuperado. Mas já é possível avaliar que as principais perdas do acervo acontecem nos conteúdos mais antigos, anteriores ao ano de 2020.

Em setembro, houve uma tentativa de reduzir a invisibilidade da Radioagência. Foi adicionado um link para o veículo no menu lateral da Agência Brasil. Mas o link aparece em um local sem nenhum destaque na página, que só é visto quando o leitor busca os conteúdos por editoria.



Link escondido para acessar a Radioagência

A solução é muito ruim, diante da importância da Radioagência Nacional, que abastece milhares de rádios em todo o país com conteúdos em áudio relevantes e gratuitos. Essa falta de destaque pode gerar grande prejuízo para os usuários da Radioagência, desgastando também a relevância da comunicação pública da EBC, como fornecedora de conteúdo para livre uso.

A EBC  
NÃO É DO  
GOVERNO!